



CÂMARA DE ATIVIDADES AGROSSILVIPASTORIS
Ata da 9ª reunião, realizada em 28 de setembro de 2017

1 Em 28 de setembro de 2017, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades
2 Agrossilvipastoris (CAP), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
3 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
4 seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente João Paulo Mello
5 Rodrigues Sarmiento, representante da SEMAD. Representantes do poder
6 público: Juliana Pereira Cunha, da Secretaria de Estado de Agricultura,
7 Pecuária e Abastecimento (Seapa); Pedro de Freitas Moreira, da Secretaria de
8 Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda); Fernando Antônio de Souza Costa,
9 da Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais (SFA/MG) /
10 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Enio Resende de
11 Souza, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de
12 Minas Gerais (Emater); Rosa Maria Medeiros, do Instituto Brasileiro do Meio
13 Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Representantes da
14 sociedade civil: Adriana Maugeri, da Associação Mineira de Silvicultura (AMS);
15 Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do
16 Estado de Minas Gerais (Faemg); Lucilene Aparecida da Silva, da Federação
17 dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Maria
18 Teresa Viana de Freitas Corujo, do Movimento Verde de Paracatu (Mover);
19 Emílio Mouchrek Filho, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de
20 Minas Gerais (Crea-MG). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO**
21 **NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2)**
22 **ABERTURA.** O presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento declarou
23 aberta a 9ª reunião da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris. **3)**
24 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheira
25 Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu trouxe o informe a pedido do Tonhão
26 e fiz uma apresentação. A questão de Paracatu está gravíssima. O rio Paracatu,
27 da confluência com o rio Preto, próxima a Brasilândia, para cima, inteiro, até as
28 nascentes, os afluentes, está tudo praticamente seco. Essa confluência fica,
29 mais ou menos, na metade do rio Paraopeba. Na hora em que o rio Preto joga
30 água no rio Paracatu, 200 km para baixo, tem um pouco de água, porque tem
31 uma barragem do Unaí. Essas fotos foram tiradas no dia 24. E, no 21, ribeirão
32 Santa Sé. A informação é que estão o IGAM, a fiscalização, a polícia, o
33 Ministério Público, porque 70% de 100 mil pessoas são 70 mil pessoas sem
34 acesso à água. Então a situação está caótica. Já foi matéria do jornal ‘O
35 Tempo’, agora, no dia 20. Eu fui pesquisar para contribuir e fiz essa denúncia na
36 audiência pública que teve na Assembleia, na semana passada, sobre a
37 questão da gestão hídrica. Só em Paracatu tem 4.143 processos de outorga.

38 Lógico, entre renovações e outras coisas. São 294 páginas. O mais grave nisso
39 é que, no dia 20, agora, foram concedidas, no município de Paracatu, nessa
40 bacia do hidrográfica, oito outorgas para irrigação com uso de pivô central – fora
41 uma, diferente – do total de 469 litros/segundo, em uma única relação de
42 outorgas do IGAM. No dia 20 de setembro, já com a situação de Paracatu
43 caótica, por falta de acesso à água. Fazendo o cálculo disso, só essas outorgas
44 concedidas em um único dia, em 20 de setembro, nessa bacia hidrográfica, que
45 está nessa situação, daria 33 milhões a quantidade de água. Calculando que
46 esse uso do pivô central, geralmente, está entre 15 e 21 horas/dias. E daria
47 para abastecimento de 125 mil pessoas/dia. Quando pegamos a questão da
48 Kinross, em Paracatu, nós temos uma grave situação, inclusive, confirmada por
49 estudos da Fiocruz, de drenagem ácida, de grandes questões envolvendo a
50 população estar, cronicamente, exposta ao arsênio. Então tem muitas doenças
51 já, derivada de uma água com problemas. Imaginem sem água e a qualidade do
52 pouco de água que está por lá. Um dos motivos de eu ter sido nomeada pela
53 Mover é que a situação está tão grave. Porque o Mover atua na região e, para
54 não faltar hoje, pediram para eu vir aqui representá-los, e isso tem a ver com
55 esta Câmara, principalmente porque esta Câmara tem a ver com atividades
56 Agrossilvipastoris. Essas são atividades humanas que sem água não existem.
57 Então nós estamos em uma situação grave, e o que eu disse na audiência
58 pública é que, no nosso entendimento, como Fonasc e outras organizações que
59 eu integro, essa bacia hidrográfica tem que ter uma Avaliação Ambiental
60 Integrada tanto em relação ao que está operando de licenciamentos – todos
61 eles fazem uso de água – quanto em relação à sustentabilidade dessa bacia
62 hidrográfica do rio Paracatu. Porque nós estamos diante de uma grave situação
63 em um território de Minas com poucas perspectivas. Com essa crise climática,
64 cada vez o Sudeste vai ter menos chuva.” Presidente João Paulo Mello
65 Rodrigues Sarmiento: “Obrigado, conselheira, o Tonhão tem sempre
66 manifestado essa preocupação com relação à bacia do Paracatu. Foi até
67 encaminhada, ao IEF, uma moção para ver se antecipamos o período de
68 Piracema, porque está tendo uma mortandade de peixes muito grande. Nós já
69 estamos realizando as ações necessárias para que seja feito. Não é uma coisa
70 da noite para o dia, só fazer uma portaria, pois tem todo o regramento. E o
71 Tonhão tem sempre nos mostrado e alertado sobre a situação.” Conselheira
72 Adriana Maugeri: “Eu gostaria de colocar um assunto aqui também hoje para
73 que consigamos, juntos, a melhor abordagem e, possivelmente, pautar para
74 uma próxima reunião. É uma situação que está incomodando vários associados
75 da AMS, principalmente a Cenibra, que é a restrição, pela SEMAD, da limpeza
76 do sub-bosque nos seus plantios. Por falta até de caracterização melhor do
77 próprio sub-bosque, dos níveis de regeneração de algumas áreas que se
78 encontram na Cenibra, eles estão com vários hectares inviabilizados, e pediram
79 essa solução para que possamos melhor detalhar. Eu não sei se todos sabem,
80 o sub-bosque é aquela regeneração entre as linhas de eucalipto. E ali tem

81 atividade econômica, já uso antropizado, consolidado. Quando ele regenera,
82 cada empresa possui uma política de limpeza dessas áreas. Alguns não deixam
83 crescer, já limpam imediatamente, outros esperam mais. Em algumas áreas,
84 esperaram mais, até por dificuldade de acesso – a região Leste é muito
85 íngreme. E eles estão com essa dificuldade. É um assunto urgente, que
86 precisamos pautar, provavelmente, uma discussão, chamar a SEMAD e colocar
87 na mesa aqui para todo mundo, para estudarmos a melhor forma de tratar esse
88 assunto, que é urgente.” Presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento: “Só
89 para esclarecer, dentro da proposta, seria uma exposição do que é sub-bosque
90 e como é feita a exploração, aqui na CAP, porque acredito que a atividade é
91 relativa à Câmara de Atividades Agrossilvipastoris. Nós poderíamos trazer uma
92 apresentação da Cenibra e ver qual está sendo a dificuldade. E traríamos a
93 apresentação da AMS, sobre quais são os problemas, se tem mais empresas
94 com esses problemas. De repete, se a Câmara concordar, faz uma moção ao
95 secretário para que seja observado nos processos de licenciamento. Na
96 próxima reunião, com a apresentação, nós tiraríamos uma solução.”
97 Conselheiro Enio Resende de Souza: “Eu queria também manifestar meu apoio
98 à manifestação da Teca sobre a questão de outorgas, especialmente na região
99 da bacia do Paracatu, e meu apoio à proposta da colega Adriana, sobre a
100 questão do sub-bosque.” **4) EXAME DA ATA 8ª REUNIÃO.** Aprovada por
101 unanimidade a ata da 8ª reunião da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris,
102 realizada em 24 de agosto de 2017. **5) INFRAESTRUTURA DE DADOS**
103 **ESPACIAIS (IDE). Apresentação: SEMAD.** Fabrício Lisboa Vieira Machado,
104 diretor de Gestão Territorial Ambiental/SEMAD, fez apresentação da
105 Infraestrutura de Dados Espaciais do Sisema, seu modelo de gestão de dados,
106 aspectos técnicos e aplicações. Em seguida, esclareceu pontos destacados
107 pelos conselheiros. **Debates.** Conselheiro Enio Resende de Souza: “Parabéns,
108 nós já conhecemos o trabalho excelente que está sendo feito pela SEMAD.
109 Ainda, eu gostaria de trazer aqui uma preocupação que, especialmente, a
110 nossa Câmara tem com relação ao Cadastro Ambiental Rural. Infelizmente, nós
111 não temos visto o aproveitamento desse grande instrumento, que foi talvez o
112 maior instrumento ambiental criado nos últimos anos. Nós tivemos a
113 oportunidade de manifestar que talvez foram os principais legados do Código
114 Florestal, exatamente, o CAR e o PRA. São dados magníficos, e nós tivemos
115 oportunidade de assistir, por exemplo, na Faemg, apresentações da Embrapa e
116 de diversas instituições, do magnífico arcabouço de informações que tem o
117 PRA. E não estamos vendo isso. Por exemplo, eu acho que o CAR traz muitas
118 informações, e no nosso setor nós discutimos uma coisa que eu acho que a
119 SEMAD tem que olhar com mais cuidado: é a questão do balanço ambiental.
120 Por exemplo, você citou as restrições, sempre se fala em restrições, e isso deve
121 ser olhado com todo carinho. Mas nós julgamos que, no caso das atividades
122 agrossilvipastoris, existe um balanço, existem impactos positivos. Infelizmente, o
123 fator locacional não considera isso, plenamente, na DN 74, nessa nova

124 proposta. Então nós trazemos essa preocupação de que o Estado utilize melhor
125 essa fantástica ferramenta chamada CAR e o PRA. Mas nós enxergamos com
126 muito sucesso esse trabalho vem sendo feito vocês, e parabéns pelo trabalho.”
127 Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu considero fundamental o
128 balanço ambiental. Isso tem muito a ver também com Avaliação Ambiental
129 Integrada. O balanço ambiental entendido na sua magnitude, porque existem
130 atividades agrossilvipastoris que não se pode colocar que são impactos
131 positivos. Aquele exemplo do Paracatu, aquela quantidade enorme de pivô
132 central, então, tem que se ver que tipo de agricultura e que tipo de agropecuária
133 e de que forma. Nós já tínhamos estado com você no ‘Bate-papo do Sisema’.
134 Desde a primeira vez que nós vimos a questão da IDE, nós ficamos muito
135 atentos, porque uma ferramenta dessas pode ser duas coisas: ela pode
136 extremamente positiva e útil, se os dados estiverem completos, se realmente
137 forem olhados no seu conjunto; mas é uma ferramenta terrível se ela não estiver
138 completa. Por exemplo, no caso da serra da Piedade, vocês tomaram decisões
139 e orientaram o santuário para uma reorientação do processo com elementos
140 faltando. Por exemplo, existe o tombamento federal, registrado já no livro de
141 tomo, que não está contemplado. Existe a Lei Orgânica de Caeté, que também
142 é um instrumento, e não estava ali. Então nos preocupa muito essa IDE.
143 Naquele dia, nós fizemos essa colocação. No nosso entendimento, essa IDE só
144 poderia estar sendo usada como ferramenta depois de ser disponibilizada para
145 a sociedade, com um tempo para a sociedade contribuir. Por exemplo, o Plano
146 Diretor do Rio das Velhas: nós poderíamos, dentro do CBH Velhas, olhar se o que
147 tem lá de elementos georreferenciados está contemplado nessa base. Nós dos
148 movimentos que estão lutando pelo Gandarela, pela serra da Piedade, pela
149 serra da Moeda sabemos o que já está nessas 313 camadas e verificarmos
150 que tudo o que conhecemos de base está aqui. Me preocupa, e eu vou reiterar.
151 Nós já enviamos, inclusive, ofício ao secretário. Nós não aceitamos que essa
152 IDE seja, simplesmente, oficializada junto com a DN, porque ela vai ser usada
153 pelo Estado para tomar decisões ambientais. Isso fere, ao nosso ver, princípio
154 constitucional: ‘Compete ao Estado e à coletividade cuidar do meio ambiente’.
155 Uma base de dados que o Estado já está usando para tomar decisões e que
156 não foi disponibilizada à sociedade, para ela conhecer, completar, corrigir e
157 interagir, fere um direito constitucional. É muito preocupante. Por exemplo, eu
158 não sei que orientação vocês deram para o santuário, mas, sem a delimitação
159 de um tombamento federal, provavelmente, vai ser uma decisão equivocada. E
160 nós poderíamos, como sociedade, ter contribuído. Nós já reiteramos essa
161 preocupação, já falamos isso no ‘Bate-papo’, e continua a mesma decisão do
162 governo de não disponibilizar a público e já começar a usar junto com a revisão
163 da DN 74. É muito grave. É um instrumento maravilhoso, mas, se não está
164 considerando dados do CAR, se alguns dados não estão lá, como é que se vai
165 usar uma base desse porte incompleta? Vão se tomar decisões muito
166 equivocadas, com a cara de que estão muito fundamentadas. Então é melhor

167 não ter isso, é melhor continuarmos no dia a dia, indo a campo, fazendo o que
168 vimos fazendo até hoje. É muito grave esse pressuposto. Por último, outro
169 exemplo: neste ano, apesar de já ter esse trabalho, uma linha de transmissão
170 que passa dentro ou por cima desse tombamento federal da serra da Piedade
171 com parecer favorável da Supram, que não tinha esse dado e não insistiu que
172 houvesse uma posição clara sobre essa linha de transmissão de grande porte
173 passando em um tombamento federal. Então já está sendo usada uma base de
174 dados incompleta para se tomar decisões no Estado, e sem compartilhar com a
175 sociedade, que poderia ter já começado a interagir com isso, inclusive as
176 universidades e todos que tiverem dados para isso. Eu acho muito grave, ainda
177 mais com o empreendedor podendo interagir, pondo seus elementos e inserindo
178 as suas informações, e se tomando decisões baseado nisso, sem um controle
179 social do que o empreendedor está colocando. É muito grave, tem que inserir o
180 aspecto legal do direito constitucional, de a coletividade cuidar do meio
181 ambiente. É a nossa posição, da sociedade civil.” Fabício Lisboa Vieira
182 Machado, diretor de Gestão Territorial Ambiental/SEMAD: “Agradeço os
183 comentários. A IDE foi modelada de modo a recepcionar todo e qualquer dado
184 cujo parâmetro de conversa seja essa variável geográfica. Como eu coloquei na
185 apresentação, não existe IDE acabada e entregada, até porque, pensando na
186 nova DN 74, já foi criada uma ferramenta para que os dados das instituições e
187 dos parceiros externos possam fazer parte da IDE. Isso foi para consulta
188 pública, realmente, nós pegamos tópico a tópico, consideramos isso, e está em
189 processo de discussão no âmbito do COPAM. Ontem, não deu para apresentar
190 tudo na CNR, mas isso ainda vai se dar. O CAR, por exemplo, ainda não está
191 na IDE hoje em função da consistência dos dados. Vale lembrar que são dados
192 autodeclaratórios. Então tem, de fato, reserva legal de uma propriedade dentro
193 da área de uso consolidado da propriedade vizinha. Até que se corrija isso, nós
194 ainda aguardamos um pouco a inserção do CAR. Só que dentro da categoria
195 ‘instrumentos de gestão’ tem uma pasta vazia chamada CAR, porque, de
196 fato, vai ser inserido. Em relação ao comentário da Teca, eu concordo.
197 Obviamente, é bastante interessante, isso tem que ser colocado mesmo. A IDE
198 não está pronta, por isso que não foi disponibilizada. O vocês estão vendo aqui
199 é uma casca que só funciona em ambiente homologação. Oito pessoas
200 acessam, que são os desenvolvedores. Não temos condição, hoje, de colocar a
201 IDE à disposição. Isso vai se dar, naturalmente, vai passar por um feedback
202 interno, um feedback externo, e só então teríamos condição de disponibilizar
203 como ferramenta de tomada de decisão. Eu quero lembrar o seguinte. Os
204 critérios locacionais de restrição, de vedação, já têm previsão legal. A IDE não
205 está criando previsão legal, a IDE está mostrando o que antes era, por exemplo,
206 uma análise só em papel, muitas vezes passava batido. Eu mesmo quantas
207 vezes já vi outorga sendo concedida dentro de terra indígena, licenciamento
208 dentro de área de conflito de recurso hídrico. Por falta dessa variável de onde,
209 de conhecer onde as coisas estão localizadas. É um cuidado que temos muito

210 de dizer que a IDE provê informação. O sistema, por exemplo, de enquadrar o
211 processo ainda vai ser desenvolvido, ele não é a IDE. Vai ser feito um sistema
212 para enquadramento de processo. A IDE só mostra, e aí talvez estejamos
213 pecando no mostrar, porque estamos mostrando pouco. Mas é o que o Sisema
214 tem a mostrar. Obviamente, a sociedade tem muito mais a contribuir e,
215 certamente, vai.” Conselheiro Fernando Antônio de Souza Costa: “Eu achei
216 muito bacana o encaminhamento desse trabalho. E queria entender quando se
217 colocou na aba várias variáveis para facilitar a avaliação do sistema. Quando
218 coloca na parte de clima, de dados meteorológicos, eu queria saber que tipo de
219 informação relacionada ao clima vai estar subsidiando a análise locacional dos
220 processos que vão ser analisados com essa base de dados.” Fabício Lisboa
221 Vieira Machado, diretor de Gestão Territorial Ambiental/SEMAD: “Do ponto de
222 vista dos dados relativos a clima, tem as malhas das estações meteorológicas,
223 os índices climáticos, que são modelos genéricos. Como critério locacional, não
224 há nada vinculado ao clima, mas poderá ser, o critério locacional ainda está
225 aberto a discussão. Tem também os dados do Índice Mineiro de Vulnerabilidade
226 Climática, que também estará constante aqui na IDE. Só que não foi elencado
227 como critério locacional de enquadramento nada relativo a clima, pelo menos,
228 até a última versão a que eu tive acesso.” Conselheira Juliana Pereira Cunha:
229 “Parabenizar a SEMAD e a equipe pela excelente apresentação, pelo trabalho
230 realizado. Eu vi a apresentação, ontem, na CNR, e acredito que a IDE é,
231 realmente, revolucionária para a SEMAD e, na verdade, é uma ferramenta para
232 tomada de decisão. Não é uma única ferramenta. E é um banco de dados,
233 como outros bancos de dados podem vir. Na verdade, pelo que entendi, a IDE
234 vai juntar, exatamente, essas informações para facilitar mesmo a tomada de
235 decisão. Então não é nada vinculado, não se vincula a tomada de decisão à
236 IDE. Então eu não vejo essa preocupação constitucional nesse aspecto. Em
237 relação ao CAR, realmente, o setor sempre fala muito da necessidade de
238 olharmos o CAR com carinho. Aqui fica um pedido em relação ao módulo de
239 análise, porque, realmente, nós só vamos ter o CAR como instrumento de
240 gestão após esse módulo de análise. Exatamente por isso que ele não está aí.
241 Como é autodeclaratório, é preciso fazer esse módulo para conferir as
242 informações que os produtores autodeclararam. Então fica aqui esse pedido.
243 Enquanto o módulo de análise não for realizado, nós vamos ter um CAR que
244 não vai ser utilizado.” Conselheiro Emílio Mouchrek Filho: “Houve uma hora em
245 que você falou em fator locacional no licenciamento ambiental. Mencionou
246 alguma coisa nesse sentido. Depois que foi apresentada a primeira versão da
247 nova legislação, nós discutimos, em diversas Câmaras, fator locacional etc.
248 Para o cidadão comum lá fora... Eu vou fazer uma pergunta como se eu fosse
249 um beneficiário. Qual é a relação dessa governança que está aí com a melhoria
250 do sistema de licenciamento ambiental? Me perguntam muito isso, e eu não sei
251 responder.” Fabício Lisboa Vieira Machado, diretor de Gestão Territorial
252 Ambiental/SEMAD: “Basicamente, como eu coloquei aqui, no âmbito dos

253 comentários, também está sendo criado um sistema para o licenciamento
254 ambiental simplificado e para enquadramento dos processos, uma espécie de
255 FCE e FOB on-line. Aqueles dados cadastrais preenchidos vão ser cruzados
256 com essas camadas, enquadradas como de restrição, vedação ou
257 enquadramento, que nada mais são do que critérios locacionais. Alguns já têm
258 previsão legal assegurada, outros estão recebendo um peso, que é o que vem
259 agora como novidade na DN 74. Esse peso pode reenquadrar o processo, pode
260 elevar; ele vai racionalizar em função de uma área, de determinada porção
261 territorial, que tem uma sensibilidade. Aquilo que antes era, basicamente, um
262 parâmetro x, é ou não é, que é porte e potencial poluidor, atendimento a
263 critérios, agora leva em consideração também a sua inserção. Se esse
264 empreendimento está localizado em uma área que não tem uma sensibilidade,
265 um atributo ambiental de destaque, esse empreendimento recebe o peso zero e
266 continua da forma comum como é feito o licenciamento hoje: basicamente, porte
267 e potencial. Se ele está inserido nessa área que a IDE vai mostrar, em função
268 de seu banco de dados, esse empreendimento é racionalizado em função do
269 espaço. A IDE, portanto, garante essa visão espacial, visão geográfica e
270 racionalização do licenciamento em função da relevância ambiental da área.”
271 Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Eu também vou pedir desculpa
272 porque essa discussão nós levantamos na reunião da CPB. Muitas das coisas
273 já foram faladas aqui pelos colegas, e eu vou me ater a umas duas ou três. A
274 conselheira Maria Teresa insistiu muito na necessidade de a comunidade
275 ambiental tomar conhecimento desse documento; ele não é só da SEMAD nem
276 do IGAM, do IEF, da FEAM. O empreendedor também faz parte do sistema, os
277 conselheiros das Câmaras fazem parte. Por que eu estou falando isso? É
278 porque nós estamos vendo um exemplo claro. Construiu-se a DN 74 dentro da
279 Cidade Administrativa, e depois os técnicos, as pessoas que conduziram os
280 estudos estavam convictos da certeza do que estavam propondo que, para
281 tentarmos modificar alguma coisa, está sendo um parto. São seis meses de
282 reunião e mais reunião, isso porque os técnicos acham que aquela proposta da
283 Faemg não faz sentido, aquela proposta do Mover também não faz sentido.
284 Eles se convenceram de que a verdade absoluta está com eles. O modelo de
285 licenciamento ambiental vale para mineração, para infraestrutura, indústria, mas
286 não vale para agricultura. E na hora que se quer botar esse modelo para
287 agricultura o bicho pega. Pegue um empreendimento que já está implantado há
288 40 anos, 50 anos, de avô para pai, de pai para filho. Aí nós vamos aplicar esse
289 fator locacional, essa IDE, e se vai descobrir que tem n impedimentos, n
290 restrições. Nós vamos condenar o empreendimento? E tem uma coisa muito
291 interessante também. Nesses meus vinte e tantos anos de COPAM e Câmara,
292 eu percebo o seguinte: nós falamos as coisas para os funcionários da SEMAD,
293 e elas não repercutem lá dentro. Eu estou confiando que você vai chegar perto
294 de seus colegas e vai falar: ‘Tem uma turma da CPB e da CAP, no COPAM, que
295 está insistindo nisso, naquilo e naquilo outro’. Eu espero que isso aconteça.

296 Quanto ao CAR, eu consultei algumas pessoas sobre a validade de ficarmos
297 falando todo dia que o CAR tinha que estar nessa e naquela e que tinha que
298 mudar. Eu queria saber se estava certo ou se estava falando muito. As pessoas,
299 de um modo geral, falaram: ‘Carlos Alberto, nós do setor agropecuário estamos
300 falando pouco’. Mesmo com esses cuidados que a Juliana falou, de que é
301 autodeclaratório e que falta uma porção de coisas para validar, a Embrapa está
302 divulgando, trabalhando e botando o melhor de sua inteligência para aproveitar
303 o CAR. A impressão que eu tenho é isto. Quando o CAR aportou aqui em Minas
304 Gerais, todas as entidades fizeram um esforço muito grande, a Faemg, a
305 Fetaemg, a Emater e quem podia trabalhar. Com isso, os índices de realização
306 do CAR em Minas Gerais são os maiores do Brasil. Mas, quando o CAR ficou
307 pronto, ele pegou o governo de Minas muito fragilizado, não tinha dinheiro para
308 pagar pessoal, o Sistema estava em greve, os funcionários em greve. E aí não
309 pôde desenvolver os trabalhos que o CAR merecia. E na hora que quis não deu
310 tempo mais. Tanto é que, no licenciamento ambiental, deve ter também uma
311 pastinha vazia, que um dia vai ser utilizada. Nós não podemos deixar isso
312 acontecer.” Fabício Lisboa Vieira Machado, diretor de Gestão Territorial
313 Ambiental/SEMAD: “Eu gostaria de tranquilizar o conselheiro. Certamente, eu
314 estou tomando nota dos comentários e dos questionamentos que são colocados
315 aqui, já tive oportunidade de colocar alguns deles para a superintendente
316 Zuleika e outros dirigentes da alta direção. Eu quero só separar uma coisa, para
317 que fique bem claro. A IDE Sisema é um provedor de informação, não é um
318 licenciamento, não é um critério locacional. A IDE Sisema não é regularização
319 ambiental, ela vai prover, dar luz, visibilidade às coisas. Talvez estejamos
320 pecando na ausência de informação, por não estar ouvindo a sociedade nessa
321 construção da base. Agora, os critérios locacionais são uma coisa, o novo
322 modelo de licenciamento é outra. Isso é a regularização. A IDE vai só
323 demonstrar, só dar visibilidade. E, aí, sim, o novo modelo de licenciamento
324 busca essa visibilidade, essa informação da IDE. Se a IDE não existisse, o novo
325 modelo de licenciamento poderia ser feito, como outros sistemas semelhantes.
326 A diferença do nosso é o trabalho de bastidores, a capacitação, a consistência
327 dos dados, a gestão para garantir que aquela informação é íntegra, está em
328 tempo real, adequada à tomada de decisão ou ao apoio das atividades
329 cotidianas. A IDE não é para tomar decisão e ponto final, é para prover
330 informação. Cada analista, usuário, agente externo vai conseguir aproveitar o
331 melhor que a IDE tem a oferecer ao seu setor de trabalho. É isso que nós
332 tentamos construir a cada dia. Um provedor de informação e não um
333 mecanismo do licenciamento ambiental. Não é isso.” Conselheira Maria Teresa
334 Viana de Freitas Corujo: “Você disse antes que essa IDE vai ser usada até para,
335 a partir da nova DN, com os critérios locacionais, os técnicos do sistema,
336 inclusive, ao receber do empreendedor a delimitação, que é autodeclaratória,
337 vai poder a Supram dizer para o empreendedor qual tipo de licença. Eu não vou
338 aqui entrar no mérito da DN. Eu concordo que é gravíssima a proposta que

339 chegou do Estado. Nós como movimentos ambientais já manifestamos isso ao
340 secretário, já pedimos que a coisa não fosse feita na forma que está sendo
341 feita, mas existe um direcionamento político do governo, porque eles querem
342 essa DN no final deste ano. Então isso é uma decisão política do governo. Mas,
343 voltando à IDE, se essa IDE é onde os técnicos vão poder, ao receber a
344 delimitação autodeclaratória do empreendedor, de onde é o seu
345 empreendimento, informar ao empreendedor se ele vai precisar de uma LAS, de
346 uma LAC1, LAC2, ser trifásico, lógico que, sim, essa IDE é um instrumento
347 definitivo e decisivo no licenciamento. E é preocupante pelo fato de não ter sido
348 trazida para a sociedade, para nós termos certeza de que todos os elementos
349 estão nessa IDE. Outra coisa: eu discordo da justificativa dada para o CAR não
350 estar na IDE. Se o CAR é oriundo de uma Lei Florestal, se tem um valor oficial
351 de dados, por que o cadastro que tem a ver com agricultura não pode estar na
352 IDE, porque é autodeclaratório, mas, por exemplo, barragens de rejeitos, que
353 são autodeclaratórias, e as empresas informam, e esses dados são
354 considerados? Por que o empreendedor autodeclara onde vai ser o
355 empreendimento, e não se verifica se é isso mesmo, e isso vale, por que o CAR
356 não vale? Existe um direcionamento claro, para nós, dentro do governo, que é
357 muito preocupante. Primeiro, o CAR, se tem conflitos de declarações, até seria
358 um elemento na IDE para os técnicos demandarem. 'Esse empreendimento que
359 quer vir para cá, tem aqui área de agricultura, tem uma região que não está
360 muito clara'. Então, nesse determinado empreendimento, antes, tem que se ir a
361 campo, ter uma análise detalhada, para se verificar isso. Então temos que
362 reverter a forma. Nós estamos preocupados com essa IDE desde o primeiro
363 momento em que escutamos falar sobre ela. Por último, a questão do critério do
364 clima. Nós também sentimos que essa IDE não está trazendo elementos que
365 estão aí claros, fundamentais, que deveriam ser considerados. Porque, se nós
366 sabemos, por todos os estudos climáticos, que a região Sudeste, por exemplo,
367 vai passar cada vez, gradativamente, por desertificação, fora o Norte de Minas,
368 lógico que o elemento climático tinha que estar nessa IDE como uma
369 ferramenta chave para se tomar decisões. E não está como critério locacional,
370 entre outros. E nós dissemos isso para a SEMAD. É gravíssimo. Porque o
371 critério locacional, na realidade, está facilitando o licenciamento em tudo que é
372 lugar. O critério locacional 2, dentro de unidade de conservação de proteção
373 integral, é lógico que não vai ter, porque não pode dentro de unidade de
374 conservação. Então esses outros critérios, clima, questão hídrica, questão de
375 ser uma região com muito CAR, muito agricultor, isso tinha que estar como fator
376 locacional, para se decidir se aquele licenciamento pode ou não pode ou se tem
377 que ter o licenciamento com mais critério, trifásico. Então nós temos, realmente,
378 uma situação muito grave conjugando esse formato, e não o trabalho dos
379 técnicos, não o escopo de ter toda essa base, mas o entendimento político de
380 como isso vai ser usado e o entendimento político por que o CAR não está lá. É
381 preocupante associar isso a uma DN 74, que tem questões muito graves, que

382 estamos trabalhando em outras instâncias.” Conselheira Adriana Maugeri:
383 “Primeiramente, eu queria parabenizar a SEMAD, finalmente, por termos
384 realmente uma ferramenta com geoprocessamento de informação. Nós estamos
385 em 2017 e atrasados uns dez a 15 anos. Isso já deveria ter sido feito há muito
386 tempo, mas vamos em frente. Agora, eu acredito, pelo que entendi, que a IDE
387 ainda está sendo finalizada e, realmente, não está sendo utilizada nos
388 procedimentos de análise de licenciamento. Ela ainda é um piloto, em
389 elaboração. Por estar ainda em elaboração e não ser uma ferramenta, embora
390 no texto da DN 74 já esteja como ferramenta auxiliar, eu concordo com os
391 demais conselheiros que é uma ferramenta auxiliar de extrema importância. É
392 auxiliar, justamente, ao cubo, porque se consegue visualizar as informações
393 que hoje são *sui generis* para alguns analistas. Realmente, é um ganho para a
394 sociedade. Porém, como toda ferramenta de gestão, como bem disse a
395 conselheira Teca, ela pode ser, realmente, algo muito positivo ou algo
396 extremamente negativo. Depende da consistência dos dados que ali estejam e
397 também da atualização desses dados. Nós vemos inúmeras iniciativas do
398 governo federal e dos governos estaduais de lançarem ferramentas
399 extremamente robustas que não são atualizadas, possui uma atualização a
400 cada dois, três, quatro, cinco anos. Ou seja, não serve para nada. No primeiro
401 ano, é um oba-oba, e depois acabou. Eu peço desculpa se isso já está no
402 manual, a periodicidade de atualização dessas bases, como será feita. Eu
403 corroboro com meus amigos conselheiros quando falamos do CAR. O CAR,
404 sem dúvida alguma, foi um dos maiores ganhos do Código Florestal brasileiro.
405 Não é apenas uma declaração de informação, é uma ferramenta de gestão
406 territorial. Vamos falar do CAR como ferramenta, e não na fase dele agora,
407 autodeclaratória apenas. Eu entendo o CAR como uma fase autodeclaratória,
408 fase de análise e homologação. Porém, como bem disse a Juliana, nós estamos
409 ainda patinando nesse momento da análise. É diferente de outros Estados e
410 mesmo da Embrapa, que nós vimos a urgência de depuração de dados e
411 análise qualitativa de dados apresentados no CAR, que é gigantesca. Então fica
412 a nossa solicitação também para agilizar essa fase de análise, e também essa
413 solicitação para que nós, parceiros do Estado, sejamos utilizados nessa fase de
414 análise, para agilizar, porque o Estado também está sofrendo. Precisamos
415 agilizar essa análise, fazer integração do CAR com n outros instrumentos,
416 inclusive, com a IDE. Para o IEF, como o CAR é necessário para diversos atos
417 autorizativos. Mas estamos na fase da lamúria. Eu entendo que o CAR, mesmo
418 não estando na DN 74, infelizmente, da forma como merece, por ser uma
419 ferramenta de gestão, ele tem que ser o coração da IDE. Porque,
420 independentemente de ser um cadastro de propriedades rurais, a relação dele
421 nas bacias e nas microbacias, a visualização espacial que vai proporcionar na
422 IDE, isso é fundamental. Quando foi apresentado o texto da DN 74, nós tivemos
423 a oportunidade de falar. Eu concordo que a IDE, para ser homologada, pronta
424 para ser usada como ferramenta, sem dúvida, o CAR tem que estar lá. Se o

425 CAR não estiver com a sua fase de análise concluída, na homologação, a IDE
426 não pode ser lançada, porque ela vai ser perigosa para ambos os lados: para os
427 empreendedores e para os analistas. E ainda há oneração do Estado. 'Eu
428 deveria ter a informação aqui para eu ver espacialmente, mas agora vou fazer
429 vistoria, vou lá, três dias'. É o que temos hoje. Ou seja, vamos realmente
430 otimizar e usar não só dados, mas informação. Quanto ao clima, para contribuir
431 de alguma forma com os companheiros aqui, informações de dados primários
432 trazem uma informação adequada, porém, para clima, para mensurar clima,
433 precisa de uma análise qualitativo. Ainda não temos uma ferramenta apropriada
434 para análise qualitativa, em que analisamos diversas variáveis, que não só de
435 clima, mas clima, água, solo, entre n outros fatores, como ocupação territorial,
436 Na própria CEM, nós já vimos falando isso, precisamos ter bases mais
437 apuradas. É um papel também dos empreendedores, da sociedade, que não
438 reporta ainda, não há uma obrigatoriedade de reporte das suas condições
439 climáticas e dos seus impactos positivos e negativos, para que o Estado,
440 realmente, possa fazer uma análise qualitativa da variável clima e colocar,
441 realmente, de uma forma que vá contribuir. Tem dados de estações
442 meteorológicas, mas isso ainda é insuficiente para ter uma integração e uma
443 análise qualitativa sobre qual região possui saturação ou não sobre a variável
444 climática. Outra questão é a Avaliação Ambiental Estratégica. O setor de
445 florestas plantadas vai ser o primeiro a fazer uma Avaliação Ambiental
446 Estratégica conjuntamente com o Estado de Minas. Essa Avaliação Ambiental
447 Estratégica, eu entendo – e só queria a sua confirmação –, tem que estar
448 disponível para a sociedade, para todos nós. Hoje também na fase de
449 licenciamento há um grande gastar de tempo e troca de informações entre
450 empreendedores e o Estado sobre a base de dados e sobre a planta do
451 empreendimento. 'Me manda a planta, atualiza a planta, faltou linha de
452 transmissão, faltou estrada'... E fica essa troca infinita de base de dados. E
453 também pode ficar como sugestão que, ao protocolar um processo, o
454 empreendedor já ofereça sua base de dados para ser incorporada na IDE,
455 automaticamente. Eu falo por nós empreendedores florestais, que possuímos
456 essa base já pronta. Podemos fazer essa integração. Com o tempo, o Estado
457 vai ter, realmente, a base do setor florestal em Minas." Conselheiro Enio
458 Resende de Souza: "Eu queria aproveitar essa rápida observação para tentar
459 contextualizar a nossa fala. O que nós estamos aqui tentando corroborar é com
460 o sistema. Nós não estamos aqui falando apenas da IDE. O IDE é excelente,
461 uma iniciativa elogiável em todos os sentidos. O Sistema de Meio Ambiente, na
462 minha opinião, está falhando ao não reconhecer esse instrumento CAR, que é
463 um instrumento excelente de gestão. Grifando o que a nossa conselheira Teca
464 comentou, eu entendo que é equivocada a opinião de que o CAR é
465 autodeclaratório e por isso não está sendo usado. Ora, o FCE é declaratório ou
466 não? O Imposto de Renda é autodeclaratório ou não? Nós estamos falando aqui
467 de um processo, de um sistema que, óbvio, vai analisar isso com todo critério.

468 Agora, por esse argumento, não utilizar essa ferramenta, desculpe, o Sistema
469 de Meio Ambiente está se equivocando grandemente. Lamentavelmente, se
470 fizer isso, é um grande erro. Porque é óbvio o que a Embrapa está fazendo, o
471 que outros institutos estão fazendo, analisando, verificando que está correta
472 aquela informação, por exemplo, da Ufla, que há não sei quantos anos disse
473 que Minas Gerais tinha trinta e poucos por cento de cobertura vegetal nativa. O
474 CAR está confirmando isso, não são informações que estão sendo trazidas de
475 forma irresponsável. Eu queria apenas contextualizar a nossa fala aqui, no
476 sentido de tentar melhorar o sistema.” Conselheiro Fernando Antônio de Souza
477 Costa: “Eu tenho certa dificuldade de lincar a questão do CAR com o
478 licenciamento ambiental de uma forma automática. Porque o Cadastro
479 Ambiental Rural, para mim, mostra a situação da propriedade e o que o produtor
480 tem que fazer para recuperar a situação ambiental. Hoje, nós vamos votar aqui
481 a questão de avicultura de postura. Eu não sei como linco o CAR com uma
482 avaliação do licenciamento ambiental de uma avicultura de postura. Eu não vejo
483 essa análise direta. Eu acho que são duas coisas que têm uma avaliação um
484 pouco diferente. Eu gostaria até de esmiuçar isso um pouco mais e entender.
485 Eu acho que em uma visão maior do CAR nós teríamos uma análise, talvez,
486 diferente, mas uma análise processual. Em relação ao que eu falei sobre o
487 clima, só como sugestão, o Inmet tem o Sisdagro, um sistema de balanço
488 hídrico. Eu acho que é uma informação que pode vir a contribuir em uma análise
489 locacional. Quando vamos pegar o balanço hídrico de uma região como
490 Itambacuri, ele vai ser completamente diferente do balanço hídrico de uma
491 região como a de Paracatu, ou vão ser semelhantes, e isso pode ajudar a fazer
492 uma análise locacional considerando a variável clima.” Presidente João Paulo
493 Mello Rodrigues Sarmiento: “Isso é uma ferramenta a mais. Realmente, quando
494 apresentamos a ferramenta, as discussões, as dúvidas são geradas mesmo. É
495 uma ferramenta que vai, com certeza, trazer ganhos. A IDE está fazendo o que
496 foi colocado, salvo engano, pela conselheira Adriana, pegando os dados que
497 tem no Estado e transformando esses dados e informações em uma única
498 plataforma. O grande ganho está aí, ela não é uma ferramenta fechada, não é
499 uma ferramenta que termina em si mesma. É uma ferramenta que dá abertura
500 para ser alimentada pela sociedade civil, pelos empreendedores, dentro de
501 dados consistentes. São dados que têm que ser usados, e a ferramenta é
502 aberta para isso. A apresentação de plataformas que vão trazer ganhos é uma
503 coisa evolutiva. À medida em que forem aparecendo as dúvidas e
504 inconsistências, são alinhadas. O que tem que ficar claro é que é uma
505 plataforma não fechada. O que o Fabrício apresentou é o que está sendo
506 estudado. São os técnicos da informática que estão caminhando na plataforma,
507 pegando os dados. O grande problema é que nós temos dados de todos os
508 órgãos, que não se conversam. Tem o caso de que o IEF tem um dado que é
509 importante para a polícia, que é importante para o DER, importante para a
510 SEMAD, e está no IEF. Essa plataforma é uma diretriz de governo, está sendo

511 feita em comum acordo com todos os órgãos. Vai ter uma consistência desses
512 dados para se transformarem em uma informação. E uma coisa evolutiva. O que
513 está sendo apresentado aqui é a primeira proposta, e não é uma proposta
514 fechada. Ela vai ser alimentada, inclusive, pelas informações prestadas nos
515 FCEs, pelos Pareceres Únicos. Se teve algum desastre na região, ela é
516 alimentada. É uma plataforma, e o objetivo dela é mostrar a todos. Então é uma
517 transparência que a Secretaria e os órgãos estão fazendo, para mostrar como
518 está a situação com acesso de vários usuários, e cada um com a informação
519 possível e dentro de uma lógica de gestão. Está sendo apresentada essa
520 plataforma para todos. Nós sabemos dos anseios, os receios de ser de uma
521 forma autoritária. Não. Tanto é que a SEMAD está trazendo em todas as
522 Câmaras o que está sendo feito. Então já começa a mostrar a transparência.
523 Nós estamos buscando, realmente, melhorar a gestão ambiental dentro do
524 Estado escutando a todos. Se formos avaliar, o Estado de Minas Gerais é o que
525 mais traz isso para junto de toda a sua população. Outra coisa que foi muito
526 colocada já é diretamente com IEF: o CAR está sendo utilizado, sim, o CAR não
527 é um instrumento que está parado. Vários licenciamentos já pegam as
528 informações do CAR. Nós estamos passando várias informações. Tem essa
529 dificuldade de entendimento, realmente, e aí é mais pelo princípio da
530 precaução. Nós temos esse entendimento. Nós temos algumas dificuldades
531 operacionais que estamos encontrando, questão de sistema, de estrutura, e
532 isso é uma luta constante. Todas as reclamações, manifestações e elogios com
533 relação ao Sistema eu transfiro para a equipe, para alinhar e realmente agilizar
534 o processo. O CAR, para mim, vai ser um grande instrumento de gestão para a
535 atividade agrossilvipastoril. Como vai entrar uma suinocultura ou uma
536 avicultura? Nós vamos ter ferramentas para colocá-las lá dentro. Agora, sendo
537 uma atividade industrial, tendo a área de produção rural, é outra história. Não
538 tendo, você consegue. Mas o que nós temos que entender é que são situações
539 evolutivas, e nenhum dos sistemas está fechado. Nós assinamos,
540 recentemente, com o Sinaflor, que conversa com o CAR. Tanto a SEMAD, IEF,
541 IGAM e FEAM estamos pegando todos os nossos sistemas e colocando em
542 uma única plataforma para que possamos ter acesso. Porque é extremamente
543 complicado. O IEF hoje tem 36 sistemas que não conversam entre si. A
544 dificuldade de gestão para que eu possa, realmente, tomar uma decisão é muito
545 complicada. Então nisso nós estamos evoluindo. Realmente, é um grande
546 ganho, é uma forma de democratizar as informações, e elas vão ser
547 alimentadas.” **6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**
548 **RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 6.1) Amauri Pinto Costa.**
549 **Avicultura de postura. Pouso Alto/MG. PA 04891/2005/016/2017. Classe 5.**
550 **Apresentação: Supram Sul de Minas.** Licença concedida por unanimidade nos
551 termos do Parecer Único, com abstenção da conselheira representante do
552 Movimento Verde de Paracatu. **7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA**
553 **EXAME DE EXCLUSÃO E/OU ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTES DA**

554 **LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA. 7.1) José Osório de Campos**
555 **Almeida e Outros. Fazenda São Sebastião I, Nossa Senhora Aparecida,**
556 **Santa Maria e Santa Rita do Boqueirão. Criação de equinos, muares,**
557 **ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte. Brasilândia de**
558 **Minas/MG. PA 20342/2005/002/2014, Classe 5. Condicionantes nºs 4 e 7.**
559 **Apresentação: Supram Noroeste. Pedido indeferido por unanimidade nos**
560 **termos do Parecer Único, com abstenção da conselheira representante do**
561 **Movimento Verde de Paracatu. 8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA**
562 **EXAME DE EXCLUSÃO DE CONDICIONANTE DA RENOVAÇÃO DA**
563 **LICENÇA DE OPERAÇÃO. 8.1) Aperam Bioenergia Ltda. Produção de**
564 **carvão vegetal, oriundo de floresta plantada; silvicultura; viveiro de**
565 **produção de mudas agrícolas, florestais e ornamentais; posto de**
566 **abastecimento; centrais e postos de recolhimento de embalagens de**
567 **agrotóxicos e seus componentes; comércio e/ou armazenamento de**
568 **produtos agrotóxicos, veterinários e afins. Capelinha, Itamarandiba, Minas**
569 **Novas, Turmalina e Veredinha/MG. PA 005232/2005/016/2013. Classe 5.**
570 **Condicionante nº 17. Apresentação: Supram Jequitinhonha. Exclusão de**
571 **condicionante deferida por unanimidade nos termos do Parecer Único, com**
572 **abstenção da conselheira representante do Movimento Verde de Paracatu. 9)**
573 **ENCERRAMENTO. Em seguida, não havendo outros assuntos a serem**
574 **tratados, o presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento agradeceu a**
575 **presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.**

577 **APROVAÇÃO DA ATA**

580 **João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento**
581 **Presidente da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris**